

A educação politécnica no Brasil expressa na Educação Profissional¹

ARTIGO

Ana Paula Lima Azevedo ⁱ

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Fátima Maria Nobre Lopes ⁱⁱ

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Adauto Lopes da Silva Filho ⁱⁱⁱ

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

1

Resumo

O artigo analisa a Educação Politécnica, na perspectiva marxiana aplicada na revolução da União Soviética, em seus pontos positivos e negativos, em paralelo à realidade do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional brasileira. É uma pesquisa de natureza bibliográfica, com o método dialético e tem como aporte teórico o pensamento de Marx, Pistrak, e outros autores que se apoiam na teoria marxiana. Constatamos que o duplo aspecto do trabalho no capitalismo leva aos duplos aspectos da educação e do conceito de politecnicidade. No seu aspecto negativo, essa educação perpetua a divisão de classes quando ocorre para atender aos interesses do capital. No seu aspecto positivo, propõe a superação da formação unilateral nos moldes do capital. Concluímos que o que tem se pulverizado na Educação Profissional no Brasil é a polivalência - o sujeito deve ser capaz de aplicar novas tecnologias para atender à qualidade da produção e realizar tarefas diferentes.

Palavras-chave: Educação Profissional. Duplo aspecto do trabalho. Politecnicidade. Formação omnilateral.

Polytechnic education in Brazil expressed in Professional Education

Abstract

The article analyzes Polytechnic Education, in the Marxian perspective applied in the Soviet Union revolution, in its positive and negative points, in parallel with the reality of Secondary Education Integrated into Brazilian Professional Education. It is a bibliographical research, with the dialectical method and has as a theoretical contribution the thought of Marx, Pistrak, and other authors who are based on Marxian theory. We found that the double aspect of work in capitalism leads to the double aspects of education and the concept of politeness. In its negative aspect, this education perpetuates class division when it occurs to serve the

¹ Este artigo é fruto do trabalho de dissertação Ensino médio integrado à educação profissional: formação omnilateral ou unilateral? da Ana Paula Lima Azevedo defendido no programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Ceará em 2017.

interests of capital. In its positive aspect, it proposes overcoming unilateral formation along the lines of capital. We conclude that what has been pulverized in Professional Education in Brazil is polyvalence - the subject must be able to apply new technologies to meet the quality of production and perform different tasks.

Keywords: Professional education. The double aspect of work. Polytechnic. Unilateral training.

1 Introdução

O Ensino Médio em geral, o Ensino Profissionalizante e o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional têm sido tema de discussão e de inovação no complexo educacional brasileiro. A título de exemplo, temos a promulgação do Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, que legalizou a integração curricular do Ensino Médio com a Educação Profissional, levando às alterações nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio e da Educação Profissional, que mencionam, em suas diretrizes de 2013, nuances sobre a formação humana (omnilateral) na perspectiva de desenvolver no aluno uma concepção crítica da realidade e a inserção do egresso no mundo do trabalho.

Após a promulgação do Decreto sobre a Educação Profissional n.º 5.154, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, em julho de 2004, o debate emerge com mais intensidade entre dois grupos que se posicionam para analisar esse decreto. Um grupo representado por aqueles que entendem que o atual decreto é o único caminho possível em direção ao enfrentamento da dualidade educacional, incluída a dualidade entre a Educação Profissional e o ensino médio. O segundo grupo, pretendendo ser realista, concebe que o decreto acaba por naturalizar a dualidade, embora ambos os grupos comunguem da concepção de Educação Politécnica no seu sentido positivo e contrário à dualidade educacional. Esse movimento é fortalecido pelos intelectuais de esquerda que buscam ideologicamente a superação da dualidade da educação brasileira preconizada durante toda a sua trajetória histórica.

A verdadeira concepção de formação integrada possibilitaria a superação da dualidade histórica da educação brasileira que está referendada no Decreto n.º 2.208/97 que instituiu a chamada Reforma da Educação Profissional, ainda no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), cuja pedra angular é a divisão entre ensino público e ensino privado: para uns, a elite dirigente, uma formação propedêutica preparatória para o nível superior; para a grande maioria da sociedade, uma educação voltada para a formação de mão de obra destinada a atender as necessidades do sistema capitalista. Isso faz permanecer e acentuar a divisão social do trabalho, que separa a ação de executar (trabalho manual) das ações do pensar, dirigir e planejar (trabalho intelectual). A lei n. 13.415/2017 promulgada no governo Michel Miguel Elias Temer (2016-2018) intitulada como a nova reforma do Ensino Médio que começou a entrar vigor no ano de 2022, no último ano de governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, segue o mesmo viés ideológico neoliberal, priorizando os interesses do capitalismo intensificando ainda mais dualidade na Educação Brasileira e aumentando significativamente as desigualdades sociais.

O presente artigo tem como objetivo fazer uma análise da Educação Politécnica pensada na perspectiva marxiana aplicada no período da revolução da União Soviética, tomando seus princípios, seus pontos positivos e negativos, fazendo um paralelo com a realidade do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Brasil. Para atingirmos o objetivo proposto pretendemos, fundamentar uma concepção histórico-social do trabalho como princípio educativo voltado principalmente para a formação omnilateral dos trabalhadores, ou seja, uma formação que leve em conta não somente a instrução, mas também que ela seja integral no sentido da formação do espírito e dos cinco sentidos, como afirma Marx (1989) na sua obra *Os manuscritos econômico-filosóficos*.

Portanto, pretendemos refletir sobre Educação Politécnica pensada na perspectiva marxiana e aplicada no período da revolução da União Soviética a partir da experiência dos educadores socialista, tomando também autores brasileiros como: Saviani, Frigotto, Machado, Kuenzer, Ciavatta, dentre outros que estudam o campo do Trabalho e Educação. Coloca-se em discussão a formação para o trabalho sob o ponto

de vista teórico fazendo um paralelo com o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Brasil.

2 Metodologia

4

2.1 O trabalho como princípio educativo e sua dupla dimensão

Para dissertarmos sobre o trabalho como princípio educativo, faz-se mister compreendermos, antes de tudo, a dupla dimensão do trabalho em Marx no capitalismo.

Portanto, mesmo Marx exercendo sua crítica à sociedade capitalista, não podemos deixar de destacar a sua teorização do trabalho enquanto categoria fundante do homem em sociedade. Nesse sentido, Lopes (2002, p. 46) destaca que “[...] não se pode negar a posição de Marx acerca da constituição social da vida humana”. A constituição social dos homens por meio do trabalho é intrínseca à própria sociabilidade humana e está presente em qualquer forma social dada, como diz Marx (1985, p. 149):

A produção de valores de uso ou bens não muda sua natureza geral por se realizar para o capitalista e sob seu controle. Por isso, o processo de trabalho deve ser considerado de início independentemente de qualquer forma social determinada [...] Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem e a Natureza, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza.

Podemos perceber, na citação acima, que Marx está falando de caráter positivo e necessário do trabalho na vida social dos homens, independentemente da sua manifestação alienada no capitalismo. É por esse prisma que Marx tematiza acerca do duplo aspecto do trabalho no capitalismo: ao mesmo tempo que ele constitui a vida social humana, e nesse sentido-o se apresenta como criador de valor e de uso, positivo e necessário; ele também nega a generidade humana ao explorar o trabalhador, transformando a sua força de trabalho em uma mercadoria, e nesse sentido ele se apresenta como criador de valor de troca, alienante e contingente, podendo e devendo ser superado. Mas é bom destacar que essa superação não é do trabalho em si, e sim do seu aspecto negativo e alienado.

A questão do duplo aspecto do trabalho no capitalismo trouxe grandes revelações da aparência e da essência do sistema capitalista, contribuindo para a compreensão da economia política, cujo interesse é produzir não apenas valor de uso, mas, acima de tudo, produzir valor de troca, dimensão que expressa a extração da mais-valia por meio da mercadoria força de trabalho do trabalhador. Marx (1985, p. 49) destaca essa revelação ao dizer que “[...] essa natureza dupla da mercadoria foi criticamente demonstrada pela primeira vez por mim”. Afirma ainda que esse “[...] é o ponto crucial em torno do qual gira a compreensão de economia política” (MARX, 1985, p. 49).

Tratando desse assunto, Lopes (2002, p. 54) destaca que “[...] no sistema capitalista o mercado passa a constituir a base real, a partir de onde se fundam todas as relações jurídicas, políticas e sociais”. Nesse contexto, as relações sociais nada mais são do que expressões de relações mercantis. Aqui predomina o interesse pelo lucro e conseqüentemente pelo caráter utilitário das coisas.

A questão central reside no fato de que o capitalismo é sustentável pelo trabalho dos seres humanos, pois a ordem vigente desse sistema distancia o trabalhador do produto, fruto do seu trabalho, por ter sido produzido por ordens e interesses alheios. Nele o trabalhador não se percebe dentro do processo, pois nega a sua generidade humana ao tornar um meio pelo qual o capitalista extrai o seu lucro. Dessa forma, o trabalhador aparece como uma coisa, uma mercadoria como outra qualquer. A consequência dessa relação é que o trabalhador passa da condição humana à mercadoria a serviço do capitalismo e, ao tornar-se coisa, perde a sua própria humanidade. Dessa maneira, segundo Marx, constitui-se a alienação do trabalho e a coisificação do trabalhador no capitalismo.

Tudo isso incide também na educação porque todo trabalho, para ser realizado, requer uma aprendizagem, o desenvolvimento de habilidades etc., o que certamente necessita de um processo educativo. Disso resulta que a educação também tem seu duplo aspecto: ela é necessária à sociabilidade humana por meio da qual ocorre um processo de ensino e aprendizagem da cultura, das ciências, das ideologias etc.; porém,

manifesta-se conforme o processo produtivo, ou seja, de acordo como se processa o trabalho teremos um tipo de educação. Ora, se no capitalismo predomina o aspecto negativo e alienante do trabalho, também teremos a manifestação desse aspecto na educação. Temos aqui a compreensão do trabalho como princípio educativo, pois, ele sempre requer um tipo de educação, quer seja no seu aspecto positivo, quer seja em seu aspecto negativo.

No seu ensaio *O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias*, Saviani (1994) demonstra que, desde o comunismo primitivo, a educação ocorre conforme o modo de produção. A esse respeito ele diz que “[...] o trabalho foi, é e continuará sendo o princípio educativo do sistema de ensino em seu conjunto” (SAVIANI, 1994, p. 165). Em outro ensaio, Saviani (2007) considera ser inevitável separar homem, trabalho e educação, por tratar-se de uma construção ontológica e histórica.

Explicitando essa posição de Saviani (2007), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 3-4) afirmam que o trabalho como princípio educativo pode ser considerado em três sentidos diversos, mas articulados entre si:

Num primeiro sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que determina pelo grau de desenvolvimento social atingido historicamente, o modo de ser da educação em seu conjunto. Nesse sentido, aos modos de produção correspondem modos distintos de educar com uma correspondente forma dominante de educação. E um segundo sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que coloca exigências específicas que o processo educativo deve preencher, em vista da participação direta dos membros da sociedade no trabalho socialmente produtivo. Finalmente, o trabalho é princípio educativo num terceiro sentido, à medida que determina a educação como uma modalidade específica e diferenciada de trabalho.

Portanto, o trabalho como princípio educativo está associado à forma de ser dos seres humanos, ao modo como eles trabalham, interagem, apropriam-se e transformam o meio em que estão inseridos. Esse processo vivenciado pelo homem imprime a condição de socializar o trabalho como princípio educativo, resultando na reprodução e constituição social dos homens, seja no seu sentido negativo e/ou positivo.

Diante desse duplo aspecto do trabalho e do seu princípio educativo, instaurou-se também um dualismo na educação, quer dizer, duas modalidades distintas de

educação: uma para a classe proprietária e outra para a classe trabalhadora. Nesse segundo sentido, a escola adquire o desafio de instruir os trabalhadores, tornando-os mais eficientes em suas funções, a fim de que aprendam a ser “bons cidadãos” e trabalhadores disciplinados. Desse modo, a educação passa a ter um significado bastante importante, quer seja para atender os interesses do capitalismo, quer seja para preparar o sujeito para os novos desafios, tornando-o criativo e autônomo para lidar com as novas relações de trabalho dentro do sistema educacional dualista que perpetua a divisão social do trabalho no atual sistema de produção, mas que também leva os homens a pensar a sua situação de exploração e a querer transformar esse estado de coisas.

O que estamos propondo nessa discussão, apesar do predomínio do aspecto negativo do trabalho e da educação, é apontar a necessidade e as possibilidades para delinear uma ação educativa que possa ir de encontro à educação ofertada nos moldes do capitalismo. Veremos posteriormente alguns elementos nessa direção indicados pelos educadores socialistas à época da Revolução Soviética, trazendo para a nossa realidade concepções para favorecer a tomada de consciência a partir do pensamento histórico e dialético no processo formativo, buscando desenvolver nos educandos capacidades para realizar uma leitura crítica da realidade e para pensar e agir em torno da sua transformação.

2.2 As principais características da Escola Politécnica na concepção marxiana

Os escritos de Marx, que nos remetem à educação, suscitam questões fundamentais para refletir sobre alguns elementos da teoria e da prática educacional nos dias de hoje. Um desses elementos diz respeito à prática da chamada Educação Politécnica. Aqui se faz necessário retomar o que abordamos no tópico anterior em relação ao duplo aspecto do trabalho no capitalismo, que também leva, podemos assim dizer, ao duplo aspecto da Educação Politécnica.

No seu aspecto negativo, essa educação tende a perpetuar a divisão de classes quando ocorre para atender aos interesses do capital, cuja intenção não é formar o

indivíduo para a sua satisfação laboral, e sim formá-lo com as habilidades e competências tecnológicas para atender apenas à lógica do mercado, ou seja, o predomínio da polivalência.

Já a Educação Politécnica, no seu aspecto positivo, defendido por Marx, seria uma alternativa de superação da formação unilateral nos moldes do capital, ou seja, seria uma educação para a formação omnilateral do aluno, tomando o trabalho como princípio educativo no seu sentido positivo e como instrumento de formação para a vida. A educação politécnica, nesse sentido, visaria à preparação do cidadão, à formação humana em todas as suas dimensões: física, mental, intelectual, afetiva, estética, política e prática, relacionando trabalho e educação, no seu aspecto amplo e integral, quer dizer, omnilateral. É nesse sentido que se situa a Educação Politécnica experimentada na União Soviética.

Nesse contexto, o trabalho socialmente útil será a espinha dorsal que dará sustentabilidade como elemento articulador na constituição dessa proposta revolucionária de Educação Politécnica, que culmina no processo educacional articulado com os novos parâmetros de formação, por meio da tecnologia, a serviço do homem e da vida. É nesse entendimento que discutiremos, a partir de agora, baseados na Educação Socialista do Trabalho, o que seria uma Educação Politécnica no sentido positivo defendido por Marx.

Tomando o pensamento de Marx, o pensamento pedagógico socialista compreende o trabalho como alicerce de todo o trabalho educativo-formativo da escola, como um todo único e inseparável. Portanto, ele está diretamente ligado às discussões pedagógicas situadas sob uma perspectiva marxiana e atrelado a um projeto revolucionário de educação. Todavia, os debates pedagógicos no contexto da Revolução Russa de 1917, embora tivessem por orientação teórica os textos clássicos de Marx e Engels, a influência Pistrak e Shulgin tornaram-se referência para o aprofundamento do seu conteúdo, método e da forma escolar da Educação Socialista.

Para tornar possível a concretização da Educação Politécnica, esses educadores soviéticos no período de transição² ancoraram-se nos escritos de Marx e Engels, criaram, a partir de muitos debates, um currículo (programa de ensino) que pudesse concretizar a Escola Politécnica. Para Pistrak (2015), o debate se volta neste momento para a questão não apenas da incorporação do trabalho na escola, mas principalmente para a introdução do trabalho de natureza politécnica – fase superior das relações entre o ensino e o trabalho.

A proposta da Escola Politécnica partiu inicialmente dos fundamentos da Escola do Trabalho sob uma perspectiva mais avançada e definida da formação politécnica, partindo da premissa de repensar o ensino de maneira mais articulada com o trabalho para a formação escolar das futuras gerações.

Então se faz necessário fazer a distinção do que seria a Escola Única do Trabalho, e a Escola Politécnica. A Escola do Trabalho, para Pistrak (2015), é a Escola dos trabalhadores, vista por ele como sujeito social da revolução e com as demandas do contexto histórico por ele vivido na Revolução Soviética, com o propósito de proporcionar à classe trabalhadora as condições necessárias para a superação do capitalismo e sua exploração, a fim de formar sujeitos sociais conscientes e comprometidos com a coletividade e com a transformação social. Já a Escola Politécnica segue esse mesmo viés de formação; no entanto, ela enfoca a participação efetiva dos alunos em todos os ramos de produção, a fim de que eles possam conhecer o sistema produtivo na sua totalidade, relacionando-o à economia e à política do Estado, no sentido de que o sistema produtivo deve voltar-se para o bem e para as necessidades da coletividade, e não para simplesmente atender aos interesses do capital. Para Pistrak (2015, p. 21, grifo do autor), seria por meio dos fundamentos da Escola do Trabalho que se

² O período de transição distingue-se por aqueles vestígios do velho que ainda temos de superar na caminhada em direção a esse futuro. Aqueles que se opuseram à ênfase nas particularidades do período de transição, dos vestígios do passado, pensaram a partir da comparação da nossa época atual de transição com o *futuro* sistema socialista. (PISTRAK, 2015, p. 39, grifo do autor).

proporcionariam condições para implantar a Escola Politécnica conforme as colocações de Marx e Engels postas na Primeira Internacional³:

Das disposições do programa do partido e das declarações de Marx e Engels é possível, portanto, derivar as seguintes características mais importantes que distinguem a escola politécnica. São: - primeira participação direta das crianças no trabalho; - segundo, o conhecimento na teoria e na prática dos princípios científicos gerais de todos os processos de produção, ou como diz Marx em outras palavras, “o ensino tecnológico, tanto teórico como prático”; - terceiro, a união do trabalho produtivo com a educação física e o desenvolvimento intelectual, adequadamente organizados, ou, nas palavras de Marx, “a união do ensino e da ginástica com o trabalho físico” e, conseqüentemente, também do trabalho físico com o ensino e a ginástica. Eis aqui três traços distintivos da escola politécnica.

A citação acima nos demonstra que a Escola não poderia ser considerada Politécnica se nela existisse apenas uma das três características principais supracitadas, elementos essenciais para a constituição da Escola Politécnica, uma vez que a necessidade de ligação mútua e articulada de todos os elementos em relação a um todo único deveria ocorrer de maneira integrada. Portanto, para ser considerada uma Escola Politécnica, os elementos do politecnismo devem estar fortemente articulados com a vida escolar e o processo produtivo, fundindo-se em um todo único, defendendo ainda a efetivação de uma educação gratuita, geral e obrigatória, objetivando conhecer, na teoria e na prática, todos os ramos de produção. Enfim, exigia-se, na Escola Politécnica, uma ligação estreita dos estudos com o trabalho socialmente produtivo de grande significado social e educacional. Assim, a Escola Politécnica seria uma grande alavanca para a construção da sociedade mais justa, equitativa e emancipada.

2.3 A Educação Politécnica: uma experiência na União Soviética

³ Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), também conhecida como Primeira Internacional ou simplesmente Internacional, foi uma organização internacional fundada em setembro de 1864. Foi a primeira organização operária que superou as fronteiras nacionais. Teve à sua frente Karl Marx como um dos principais dirigentes e também responsável por redigir os documentos que tinham como pauta reivindicações para a melhoria da classe trabalhadora. Dentre elas, encontrava-se a educação pensada para a classe trabalhadora nos parâmetros da politécnica, com o intuito de conduzir a sociedade para a emancipação humana e superação da expropriação do sistema capitalista.

Os educadores que contribuíram para a educação socialista na URSS (Lunacharskiy, Pokrovskiy, Lepeshinskiy, Menzhinskaya, Pozner etc.) faziam parte da Comissão Estatal para a Educação que elaborou o documento *Princípios fundamentais da escola única do trabalho*, existente antes da revolução. Depois, juntou-se a eles Pistrak, que contribuiu teoricamente e com sua prática para a reformulação dessa proposta, a fim de que ela fosse adaptada ao período da revolução. Pistrak foi um dos educadores mais atuante no processo de elaboração do programa das Escolas Politécnicas e na implantação das escolas na URSS, o que está bem expresso na sua obra *Ensaio sobre a escola politécnica* (2015).

Pistrak (2015), assim como Marx, também defende o momento de começar, ainda no seio do capitalismo, a concretização da Escola Politécnica, e não relegá-la ao futuro. Para tanto, na visão do autor, seria preciso superar a distinção entre campo e cidade, superar a diferença entre as regiões de cultura mais desenvolvida e menos desenvolvida na União Soviética, suplantando, de imediato, a inapropriação das fábricas, usinas e indústrias em geral, para adequá-las às tarefas de educação dos jovens em idade escolar. Para o autor, é de suma importância pensar a Escola Politécnica no presente, considerando as características socioeconômicas do passado, advindas do sistema capitalista, que ainda se apresentam no período de transição, buscando as alternativas necessárias para superá-las e com foco no futuro para a efetivação da educação politécnica como caminho para emancipação humana.

A organização curricular da Escola do Trabalho, de acordo com o pensamento de Pistrak, considerava que a realidade está diretamente ligada à vida e ao seu desenvolvimento social, econômico, político e cultural do homem, que sobrepunha a infraestrutura capitalista contraditória e massacrante. Para conseguir transcender a essa realidade, era preciso desenvolver três qualidades no processo de formação integral omnilateral: aptidão para trabalhar coletivamente e para encontrar espaço num trabalho coletivo; aptidão para analisar cada problema novo como organizador; aptidão para criar as formas eficazes de organização.

Para exemplificar, Pistrak (2015) apresenta um esboço de como seriam organizados os conhecimentos para o ensino politécnico. Sugere que o curso seja combinado com as ciências sociais e com o politecnicismo, traduzindo-se em um complexo de ciências sociais e tecnologia. Em síntese, Pistrak acreditava na possibilidade de a escola politécnica chegar a todas as regiões do país, respeitando a diversidade estabelecida pelo sistema econômico da época, apresentando uma proposta de integração entre as disciplinas e com a inserção de dois eixos: *Trabalho Politécnico da Escola e Educação Politécnica*.

Os principais pontos negativos e desafios identificados e enfrentados por Pistrak (2015) no processo de implantação da Escolas Politécnicas foram a desarticulação das disciplinas da coluna teórica e da coluna politécnica, a tradição metodológica dos professores e a sua formação tendenciosa para uma prática mais teórico-verbal como um campo de disputa entre os professores que ainda defendiam o ensino numa perspectiva mais teórico-academicista e outros que desejavam fazer delas disciplinas centrais da Educação Politécnica.

Essa contradição se dava pela antiga abordagem dos professores que ficavam presos à tradição da velha Escola, daí o embotamento do Programa na sua execução prática, surgindo vários problemas nesse processo. Esses problemas são apontados por Pistrak (2015), em grande parte, pela dificuldade de integração entre as disciplinas das ciências sociais com a mínima quantidade de material politécnico, que permanecia isolado e fragmentado.

Para solucionar os problemas, Pistrak (2015) pretendeu viabilizar uma viragem pelo crescimento dos sentimentos revolucionários em relação ao material educativo do Programa. Isso implicava, mais uma vez, enfatizar a importância de se investir mais na formação dos professores para que se desvinculassem das práticas da Antiga Escola, cujas determinações eram forjadas pelo capitalismo. Era preciso que se apropriassem melhor das práticas da Nova Escola voltada para os fins da consolidação da nova sociedade.

Podemos perceber a relevância dessa discussão, principalmente em relação à necessidade de se ter um currículo bem estruturado com proposta politécnica, como foi descrito por Pistrak, e a integração da teoria e prática mediada pelas categorias trabalho e educação, buscando o princípio educativo do trabalho no seu sentido positivo.

A partir da análise da obra de *Ensaio sobre a Escola Politécnica* (2015), pudemos compreender a visão de Pistrak e dos seus colaboradores sobre a Escola Politécnica em debate. Esta se debruça sobre a questão da educação escolar voltada não apenas para a incorporação do trabalho na escola, mas para a incorporação do trabalho de natureza politécnica.

Essas considerações nos trazem contribuições importantes para se repensar a lógica da organização de um plano de estudos da escola básica, de modo que o vínculo entre trabalho e estudo se converta em chave metodológica para tornar prática a concepção de conhecimento do materialismo histórico-dialético na escola, considerando a formação escolar nos princípios marxianos sob a perspectiva da formação omnilateral.

Podemos afirmar que a *Pedagogia socialista* representada na *Escola Politécnica* traz grandes contribuições com suas formulações pedagógicas feitas no calor da prática e dos debates teóricos da Revolução Russa de 1917. Isso certamente tem auxiliado na compreensão das realidades atualmente vivenciadas na educação profissional brasileira, embora esta ainda seja ofertada sob o prisma das relações capitalistas.

Portanto, embora a Educação Politécnica não tenha sido efetivada em sua totalidade na União Soviética, ela foi o alicerce do que viria a ser o sistema educacional soviético. É preciso ressaltar que o Estado soviético alcançou resultados significativos no campo educacional, como a extinção do analfabetismo em pouco tempo e a universalização da educação, o que contribuiu para que a União Soviética se tornasse uma potência econômica e militar. Portanto, por meio dela, podemos vislumbrar a possibilidade de uma Escola Politécnica para a superação expropriação do trabalhador no bojo das relações capitalistas, pensamento discutido por pesquisadores brasileiros como Saviani, Ciavatta, Frigotto, Ramos, entre outros. Isso nos faz buscar os elementos dessa experiência para contribuir com a melhoria da educação profissional brasileira

apresentada hoje nas suas diferentes formas, destacando-se aqui o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

3 Resultados e Discussão

14

A Educação Politécnica: caminhos e percalços na educação profissional brasileira

Trazendo a discussão da educação politécnica, expressa na educação profissional, para o contexto histórico brasileiro, nota-se que ela aconteceu exatamente na década de 1980, cenário de um caloroso debate. Na época, encontrava-se em disputa a reestruturação do sistema educacional brasileiro administrado pelo governo autoritário, instaurado desde o Golpe Militar de 1964. Nesse contexto, dá-se o fortalecimento da ideia de integração entre a formação geral e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Esse momento é marcado pelas críticas ao dualismo da educação brasileira, que é determinada e, ao mesmo tempo, determinante de um dualismo presente também na sociedade, e pelas lutas em prol da democracia em defesa da escola pública. É nesse contexto histórico que ocorre a elaboração da Constituição Federal Brasileira de 1988 e, alguns anos após, a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que respalda a oportunidade de integração.

Exatamente pensando na extinção da dualidade do ensino brasileiro com a derrocada da ditadura, criou-se um ambiente propício para a ascensão das discussões para concretizar uma concepção educacional pautada na politecnicidade e fundamentada nos princípios marxianos. Com o objetivo de travar a luta teórica em defesa de educação politécnica omnilateral, encabeçada por Saviani e demais estudiosos da área, buscaram-se subsídios para suas argumentações e para a elaboração de políticas que proporcionassem aos jovens uma efetiva formação politécnica.

Em dezembro de 1987, durante o *Seminário choque teórico*, promovido pelo então Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio (atual Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio), Dermeval Saviani apresenta o texto intitulado *A concepção de politecnicidade* (SAVIANI, 2003).

O trabalho de Saviani passa a ser considerado um divisor de águas no debate brasileiro da área Trabalho e Educação, pois trata das relações entre o ensino médio e o ensino técnico. Partindo daí, muitos debates se instauram e diversas publicações são produzidas com o objetivo de buscar novos rumos para a educação profissional brasileira, especialmente para a superação e o enfrentamento da dualidade estrutural que historicamente permeavam as concepções e práticas educativas no Brasil.

O Decreto n.º 2.208/97 que instituiu a chamada Reforma da Educação Profissional, ainda no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), enveredou por outro caminho, aprovado um ano depois da LDB de 1996, que delimitou a formação profissional de nível técnico no país, estabelecendo que esta deveria ser ofertada mediante separação da formação geral da formação técnica do ensino médio. Entretanto, esse decreto foi revogado pelo Decreto n.º 5.154/04 e, posteriormente, pela Lei n.º 11.741/08, no contexto de uma nova política voltada tanto para o ensino médio quanto para a formação profissional, possibilitando ações mais integradas entre ambos.

O Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE) menciona o Programa Brasil Profissionalizado por meio do Decreto n.º 6.302/07, que pretende impulsionar a oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, permitindo a inserção profissional no mundo do trabalho, com estágio supervisionado e fortalecimento das redes estaduais de ensino na oferta de educação profissional de nível médio, por meio de um programa de assistência técnica e de financiamento.

São por intermédio dessas políticas que se observa uma preocupação em viabilizar recursos financeiros e de infraestrutura para o ensino médio. Nesse sentido, existe uma intenção de valorizar a elaboração de uma nova concepção de ensino para esse nível educacional, com uma organização curricular que priorize a articulação entre as áreas de conhecimento e que esteja atenta às mudanças relacionadas à sociedade.

Percebe-se a mobilização do governo Luís Inácio Lula da Silva, por meio da criação de políticas educacionais direcionadas para o ensino médio integrado, com o propósito de superar a dualidade do ensino brasileiro. No entanto, na prática, o Ensino

Médio Integrado à Educação Profissional tem enfrentado alguns desafios, na visão dos autores que debatem essa temática, em consequência de que o ensino brasileiro continua sendo fomentado pelo ideário liberal e neoliberal, apesar de alguns avanços.

Importante ressaltar que alguns teóricos se voltam para a retomada da luta pelo retorno do Ensino Médio Integrado, extinto no âmbito das reformas neoliberais do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) e de Michel Temer (2016-2018) com a medida provisória n. 746/2016 com sua consolidação na lei n. 13.415/2017 que começou a entrar em vigor no último ano de governo do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) trazendo um grande retrocesso por apresentar uma pseudo flexibilidade de escolha do currículo do Ensino Médio. Porém o real objetivo dessa lei foi desconstruir os avanços obtidos com a integração do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional que assegurava todas as disciplinas obrigatórias nos governos do Luís Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff.

Vários estudiosos assumem o interesse da luta política por um possível avanço em direção à formação integrada que possa servir de base para o resgate das propostas de Educação Politécnica e Unitária, pois, a atual conjuntura política a partir de 2023, nos mostra um cenário político mais otimista com o novo mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva no sentido de resgatar o debate das pautas inclusivas e sociais da Educação Pública Brasileira.

Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 1089), a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva possibilitou o surgimento de uma esperança política para a elaboração de novas regulamentações para a educação que fossem mais coerentes com “[...] a utopia de transformação da realidade da classe trabalhadora brasileira”. É nesse ambiente que entra em cena o retorno do ensino técnico integrado, como elemento simbólico de uma luta pela emancipação da classe trabalhadora.

A sistematização conceitual e teórica que se encontra nas obras de autores com Saviani, Frigotto, Machado, Kuenzer, Ciavatta, dentre outros, contribuíram para a difusão da concepção de politécnia como alternativa de superação da formação polivalente. A expressão “politécnica” também está contemplada nas Diretrizes Curriculares Nacionais

para Educação Profissional e Técnica de Nível Médio (2013) quando dizem que as diretrizes devem estar centradas

[...] exatamente nesse compromisso de oferta de uma Educação Profissional mais ampla e politécnica. As mudanças sociais e a revolução científica e tecnológica, bem como o processo de reorganização do trabalho demandam uma completa revisão dos currículos, tanto da Educação Básica como um todo, quanto, particularmente, da Educação Profissional, uma vez que é exigido dos trabalhadores, em doses cada vez mais crescentes, maior capacidade de raciocínio, autonomia intelectual, pensamento crítico, iniciativa própria e espírito empreendedor, bem como capacidade de visualização e resolução de problemas. O que é necessário, paralelamente, acompanhando de perto o que já vem sendo historicamente constituído como processo de luta dos trabalhadores, é reverter tais exigências do mercado de trabalho com melhor remuneração, que sejam suficientes para garantir condições de vida digna, mantendo os direitos já conquistados. (BRASIL, 2013, p. 209).

Pela citação acima, não fica claro qual é o real propósito da educação ofertada nos moldes mencionados por essas Diretrizes: se está priorizando a educação politécnica no seu aspecto positivo e/ou negativo, o que nos remeter ao duplo aspecto da politecnicidade mencionados anteriormente neste texto e que também remete a dualidade do ensino brasileiro. Nesse sentido, remetemos às considerações dos autores que se seguem.

Ciavatta discutindo acerca da dualidade do ensino brasileiro, indaga (2014, p. 202): "para que lutamos no campo do trabalho e educação"? De modo específico, busca-se contribuir para um futuro em que a superação da dualidade de classes sociais traga um padrão digno de vida e de conhecimento não apenas para as elites, mas também para os trabalhadores, os verdadeiros produtores da riqueza social.

Segundo Kuenzer (2005), a verdadeira politecnicidade é o domínio intelectual da técnica e a superação do conhecimento fragmentado pelo pensamento crítico, criativo e ético, integrado com outras variações do conhecimento.

Para Machado (1989), estas diferentes concepções de integração ou de propostas de "unificação escolar", que emergem dos interesses antagônicos entre o capital e o trabalho, apontam para a existência de duas distintas acepções de integração: uma inspirada no ideário liberal/burguês e outra de inspiração

socialista/proletária; ambas, ao longo da história, buscam a construção e a consolidação da hegemonia das suas respectivas classes.

A concepção do ensino integrado apresentada por esses autores estabelece uma conexão direta do princípio de integração com a concepção de escola politécnica e unitária com o propósito de se contrapor ao modelo de formação fragmentária da escola burguesa no bojo das contradições do sistema capitalista, vislumbrando, por meio da integração, uma transição possível visando à transformação do ensino médio integrado num lugar de articulação para transpor a dualidade do sistema educacional e efetivar uma contra-hegemonia no sistema educacional brasileiro.

4 Considerações finais

Tomando a experiência da Educação Politécnica desenvolvida na União Soviética, podemos perceber que ela nos permite mencionar a necessidade de renovação teórica e prática que nos ajude a pensar o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Brasileira.

Com o acesso às obras de Marx e dos educadores socialistas aqui trabalhados, nos quais a educação foi alvo de discussões, nota-se que importantes questões são levantadas sobre a educação na perspectiva da politecnia, buscando uma formação omnilateral para o trabalho e para a vida individual e social. Essa discussão está presente hoje entre os educadores brasileiros que defendem propostas de educação profissional.

Por conseguinte, a formação para o trabalho pautada na politecnia tem que considerar a concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo formativo: o trabalho, a ciência e a cultura. A integração, nesse sentido, possibilita a formação omnilateral dos sujeitos, pois implica a integração das dimensões fundamentais da vida que estruturam a prática social.

No entanto, sob a lógica liberal e neoliberal da educação, o que tem se pulverizado é a polivalência, isto é, o sujeito deve ser capaz de aplicar novas tecnologias

para atender a qualidade da produção e realizar tarefas diferentes; porém, jamais para atender a uma formação omnilateral. Temos aqui, com bastante expressividade, a politecnicidade no seu sentido negativo. Portanto, é exigido do trabalhador um conhecimento diversificado, justificando a relevância da polivalência no trabalho. Em suma, o sujeito precisa dominar as tecnologias para que possa assumir diferentes funções, sem ter a percepção de que está sendo explorado, priorizando uma formação apenas para atender aos interesses do capital. Essa formação polivalente expressa o caráter unilateral da educação do trabalhador, contrapondo-se à formação omnilateral, que possibilitaria uma formação integrada das dimensões fundamentais da vida. Nesse aspecto, seria almejada a formação do homem novo, comprometido com o coletivo e se sentindo pertencente à coletividade. O papel da escola seria o de desempenhar o trabalho pedagógico capaz de ensinar a importância desse coletivo.

A partir das nossas análises esbarramos na mesma problemática que os educadores socialistas enfrentaram, isto é, os entraves encontrados para a concretização da escola politécnica, dentre eles, o mais desafiador, a falta de formação dos professores para atuar no ensino politécnico. Também enfrentamos essa problemática na educação brasileira. É importante ressaltar que a formação de professores no Brasil está pautada ideologicamente nos preceitos do sistema capitalista, voltada para o mercado de trabalho e para a polivalência. Partimos do pressuposto de que para a concretização do ensino médio integrado aos princípios da formação omnilateral, os professores teriam que ser formados numa concepção omnilateral, daí a relevância das instituições formadoras para contribuir com a concretização desse projeto político em defesa da educação única para todos.

Compreendemos que é possível, com a conjuntura política a partir de 2023, retomar o currículo do ensino médio integrado à educação profissional que possa contribuir para a formação integral do ser humano em todas as dimensões: política, econômica, tecnológica, social e cultural. Dessa forma, poderemos compreender as amarras do sistema produtivo no capitalismo, para assim podermos atuar como agentes

transformadores da realidade e precursores da contra-hegemonia, mesmo operando ainda no sistema capitalista.

Referências

20

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os art. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 abr. 1997.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 jul. 2004.

BRASIL. Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Brasil Profissionalizado. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 dez. 2007c.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação—PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1996. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. **Brasília, DF, 2013**.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos?. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan./abr. 2014.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral dos trabalhadores. *In*: COSTA, Hélio da; CONCEIÇÃO, Martinho da (Org.). **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional**. São Paulo: CUT, 2005. v. 1. p. 19-62.

KUENZER, A. Z. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. *In*: SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luiz; LOMBARDI, José Claudinei (Org.). L9394.htm>. Acesso em: 14 nov. 2016.

MACHADO, L. R. S. Politecnia, escola unitária e trabalho. São Paulo: Cortez, 1989. **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 77-96.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1989.

LOPES, Fátima Maria Nobre. **As duas faces do trabalho: constituição e negação do homem**. Educação em Debate, Fortaleza, ano 43, nº 85 - maio/ago. 2021. p. 44 a 57. <http://www.periodicos.ufc.br/educacaoemdebate/article/view/72464>

PISTRAK, M. M. **Ensaio sobre a escola politécnica**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

RAMOS, Marize. **Concepção do ensino médio integrado**. Natal, 2007.

SAVIANI, D. O choque teórico da politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 131-152, 2003.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007.

SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luiz; LOMBARDI, José Claudinei (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 77-96.

ⁱ**Ana Paula Lima Azevedo**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4557-0168>

Universidade Federal do Ceará

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Ceará, bolsista FUNCAP.

Contribuição de autoria: pesquisa, escrita e revisão textual.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7944142089456935>

E-mail: annapaulaazevedo@alu.ufc.br

ⁱⁱ**Fátima Maria Nobre Lopes**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4602-2443>

Universidade Federal do Ceará

Professora e Membro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará.

Contribuição de autoria: pesquisa, escrita e revisão textual.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2514934974368526>

E-mail: fatimanobreufc@gmail.com

ⁱⁱⁱ**Adauto Lopes da Silva Filho**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9061-840X>

Universidade Federal do Ceará

Professor e Membro Permanente Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará.

Contribuição de autoria: pesquisa, escrita e revisão textual.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7589742541348845>

E-mail: adautoufcfilosofia@gmail.com

Editora responsável: Cristine Brandenburg

Especialista *ad hoc*: Susana Loreto Gavilanes Bravo e Robson Carlos da Silva

Como citar este artigo (ABNT):

AZEVEDO, Ana Paula Lima; LOPES, Fátima Maria Nobre; SILVA FILHO, Adauto Lopes da. A educação politécnica no Brasil expressa na Educação Profissional. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 5, e10428, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.47149/pemo.v5.e10428>

Recebido em 15 de janeiro de 2023.

Aceito em 28 de maio de 2023.

Publicado em 29 de maio de 2023.